

A Desorganização dos Anos 1970

Frederico Mazzucchelli

1974-75: inflação e recessão

Quando Gerald Ford assumiu a presidência dos EUA, em agosto de 1974, a situação econômica do país era delicada (**Tabela 1**). O encadeamento entre o choque dos preços agrícolas (janeiro a agosto de 1973), a desvalorização do dólar (março de 1973), a crise do petróleo (outubro de 1973) e o fim de controle de preços (abril de 1974), havia desencadeado fortíssimas pressões inflacionárias. Apenas no primeiro semestre de 1974 a variação acumulada dos preços ao consumidor fora superior a 6,0%, e não havia indícios de arrefecimento no ritmo da inflação, apesar das políticas contracionistas introduzidas desde meados do ano anterior¹. A inflação era, sem dúvida, o foco central das preocupações².

Ainda que o ataque à escalada de preços tivesse resultado no declínio da produção entre o primeiro e o terceiro trimestre do ano, as atenções estavam prioritariamente voltadas para os elevados níveis de inflação existentes. Foi apenas no último trimestre que as autoridades econômicas se deram conta de que havia uma severa recessão em curso: em janeiro de 1974 havia 4,5 milhões de desempregados nos EUA (5,0% da força de trabalho). Em agosto já eram quase 5,0 milhões, e em dezembro mais de 6,5 milhões. O desemprego iria se elevar até maio de 1975, quando alcançou 8,3 milhões de trabalhadores (8,9% da força de trabalho). Na verdade, entre o último trimestre de 1974 e o primeiro trimestre de 1975, a contração da produção assumiu proporções de uma recessão fortíssima, a rigor a queda mais pronunciada da atividade econômica de todo o pós-guerra. Para o infortúnio de Ford, o início de seu mandato foi marcado pela combinação perversa entre inflação e recessão: em termos anuais, o PIB caiu 0,6% em 1974 e 0,2% em 1975. Já a inflação alcançou o extraordinário nível de

¹ Mazzucchelli (2013: 207-17).

² “Até o final de 1974, a preocupação central da política econômica era a inflação em franca aceleração.” Macarini (2007: 257). “Quando Gerald Ford assumiu a presidência, o desafio crítico era a inflação. O presidente reuniu uma conferência nacional de especialistas para dramatizar o problema. Botões *WIN* “*Whip Inflation Now*” [“Derrote a Inflação Agora”], um chamado à ação, foram produzidos e distribuídos.” Biven (2002: 180).

12,3% em 1974, baixando para 6,9% em 1975. A taxa média de desemprego saltou de 5,6% para 8,5% entre os dois anos.

O quadro, aliás, não foi distinto nos demais países capitalistas (**Tabela 2**). No Japão, por exemplo, o PIB caiu 1,2% em 1974 e a inflação alcançou uma cifra próxima a 25%! Na Inglaterra, no mesmo ano, o produto caiu 1,7%, enquanto o nível de preços cresceu 16%. Tais tendências se mantiveram, grosso modo, em 1975: na Inglaterra, o PIB caiu 0,8%, enquanto a inflação saltou para 24%! Na Itália, o PIB declinou 2,6% e o crescimento dos preços foi de 17%. Na Alemanha, o recuo do PIB foi de 1,6%, enquanto no Japão a inflação ainda permaneceu em níveis elevados (12%). Na França, o nível de produção se reduziu em 0,3%, ao passo que a inflação foi próxima de 12%.

A estagflação de 1974-75 marcou, na verdade, um ponto de inflexão na trajetória dos países capitalistas avançados. Em contraposição à vigorosa expansão dos anos 1950 e 1960, e mesmo em relação ao *boom* sincronizado de 1971-73³, assistiu-se à primeira grande recessão mundial do pós-guerra. Após as décadas dos festejados milagres econômicos e da eficácia das políticas de administração da demanda (*fine tuning*), o núcleo capitalista avançado conheceu uma contração generalizada. É certo que já havia sinais de arrefecimento da acumulação produtiva desde finais dos anos sessenta⁴. É certo, também, que o choque de preços do petróleo teve uma importância crucial na extensão e profundidade da crise. É certo, ademais, que o *Big Government* e o *Big Bank* impediram o mergulho no desconhecido⁵. Desde uma perspectiva mais ampla, não resta dúvida que a Grande Recessão de 1974-75 evidenciou a ruptura definitiva do padrão virtuoso de expansão do pós-guerra⁶.

1976-79: o voo da galinha

A partir de 1976 os países capitalistas avançados retomaram, ainda que brevemente, a trilha do crescimento. O fôlego da expansão foi curto. Especial destaque deve ser dado ao desempenho da economia norte-americana. Jimmy Carter foi eleito

³ A sincronização não se observou em 1970: neste ano, enquanto a França, a Alemanha e o Japão (sobretudo) alcançaram taxas expressivas de crescimento, o mesmo não ocorreu na Inglaterra, na Itália e nos EUA. No caso norte-americano, a variação do produto foi próxima de zero (**Tabela 2**).

⁴ “A taxa de variação do estoque de capital fixo na Alemanha e no Japão – os *pop stars* da expansão capitalista do pós-guerra – começou a declinar já entre 1960-65 e 1965-70, respectivamente”. Mazzucchelli (2013: 117).

⁵ Ver, a propósito, as reflexões de Minsky (1986), caps. 2 e 3.

⁶ Sobre o colapso dos Anos Dourados, ver Mazzucchelli (2013: 114-12) e (2014: 15-9).

presidente, em novembro de 1976, em uma disputa extremamente renhida com Gerald Ford (50,08% vs. 48,01% nos votos populares, e 297 vs. 240 no Colégio Eleitoral). Ford trazia ainda as marcas de Watergate, do perdão a Nixon e da humilhação no Vietnã, enquanto Carter representava o reencontro da América com os valores protestantes e o respeito aos direitos humanos⁷. Em termos econômicos, apesar de o biênio 1974-75 ter sido especialmente ruim, o ano de 1976 apresentou resultados bastante favoráveis a Ford: o PIB cresceu acima de 5,0% e a inflação teve uma redução substancial em relação aos dois anos anteriores (caindo de 12,3% e 6,9%, respectivamente, para 4,9%). O desemprego, entretanto, situava-se em níveis ainda elevados (7,7% no ano, tendo alcançado a taxa de 8,5% em 1975).

Foi exatamente o combate ao desemprego a principal bandeira de Carter. O esforço inicial de sua administração (com Charles Schultze à frente do *Council of Economic Advisers*) foi direcionado para a obtenção do pleno emprego. A inflação, na avaliação dos assessores presidenciais, deixara de ser um problema, o que abriu espaço para pacotes de estímulo destinados a reanimar a atividade econômica e reduzir o nível de desocupação. Ao longo de 1977 a economia, de fato, cresceu (4,6%) e a taxa de desemprego declinou (7,1%). O crescimento trouxe, contudo, a irrupção de um vultoso déficit na conta de transações correntes (US\$ 14,4 bilhões frente um superávit de US\$ 4,3 bilhões no ano anterior). O déficit em transações correntes passou a ser entendido - por muitos - como a manifestação externa de uma política econômica permissiva, que privilegiava o crescimento em detrimento da estabilidade de preços. Já no segundo semestre de 1977 teve início um processo de especulação contra o dólar, que iria se prolongar por todo o ano de 1978. A estratégia norte-americana (através da Missão Mondale em janeiro 1977, do London Economic Summit em maio de 1977, e do Bonn Summit em julho de 1978) foi a de buscar envolver a Alemanha e o Japão em um esforço conjugado de expansão, que - em tese - atenuaria os desequilíbrios externos: com o crescimento conjunto, tanto o déficit norte-americano como os superávits dos alemães e japoneses se reduziriam. Os alemães, sobretudo, lançaram sérias suspeitas sobre a proposta dos EUA: o zelo germânico pela estabilidade monetária era muito maior que as considerações expansionistas dos norte-americanos. Se o fantasma da

⁷ Para uma análise crítica das administrações Ford e Carter, centrada nos aspectos políticos locais e nas relações internacionais, ver Fontana (2011: 563-603).

recessão assombrava os norte-americanos, os alemães eram assombrados pelo espectro da inflação.

O fato é que em 1978, com a economia em expansão, o déficit em transações correntes novamente alcançou a casa de US\$ 15 bilhões. A inflação, ao mesmo tempo - influenciada por elevações atípicas do preço dos alimentos e das habitações - saltou para o preocupante nível de 9,0%. A desvalorização do dólar prosseguiu⁸ e começou a se tornar claro para os assessores presidenciais que a inflação tornara-se, sim, um problema, assim como era um problema a contínua depreciação da moeda norte-americana. Se Ford assumiu a presidência atormentado pela inflação e terminou se vendo às voltas com a recessão, o percurso de Carter foi o inverso: preocupado inicialmente com o desemprego e a recessão, seu mandato terminou totalmente engessado pela escalada da inflação.

A administração Carter não permaneceu inerte em face da mudança do patamar inflacionário. Sua maior preocupação era a de combater a elevação de preços sem promover o aumento do desemprego. Afinal, como já referido, a “batalha pelo emprego” era seu maior objetivo. O instrumento escolhido foi a política de rendas: o governo deveria agir como um árbitro, estabelecendo parâmetros para o reajuste de preços e salários. A política de rendas teve sucessivas conformações, condicionadas pela evolução dos preços: de início (abril de 1977) os parâmetros foram meramente informais e indicativos (*informal guidelines*). A aceleração inflacionária em 1978 resultou na implantação da “estratégia de desaceleração”, anunciada em abril de 1978. Ainda em 1978, em outubro, a administração optou pela adoção de parâmetros quantitativos (*formal guidelines*). A adesão dos trabalhadores ao programa tornava-se cada vez mais complexa, já que a resiliência da inflação era clara: os preços cresciam a uma taxa trimestral próxima ou superior a 2,00%, o que impunha um desafio aos sindicatos. Sua postura tornou-se mais incisiva: enquanto a inflação não caísse eles não iriam restringir suas demandas salariais.

Não bastando, os compromissos assumidos pelos EUA no Bonn Summit de julho tinham implicações inflacionárias evidentes. Os europeus e japoneses acusavam os EUA não só de serem lenientes no combate à inflação doméstica, como, ademais, de

⁸ “Entre o outono de 1977 e o outono de 1978, o marco alemão se apreciou 11% em relação ao dólar e o ien em quase 29%.” Biven (2002: 114).

concederem subsídios aos preços dos combustíveis, que resultavam em importações maciças de petróleo. O aumento na demanda externa norte-americana - argumentavam a Alemanha e o Japão - resultava na elevação internacional dos preços do petróleo, com efeitos danosos sobre a economia mundial. Seu pleito em Bonn - em contrapartida à adesão às políticas expansivas reivindicadas por Carter - foi de que os EUA cortassem os referidos subsídios, o que resultaria na elevação do preço dos combustíveis para os consumidores norte-americanos. A partir de junho de 1979, em cumprimento aos compromissos firmados, os EUA liberaram o preço dos combustíveis. Neste então já estava em curso o segundo choque internacional dos preços do petróleo, o que resultou na introdução de um novo e irrecorrível vetor de custos na economia. A elevação do preço dos combustíveis fez-se acompanhar - por razões não relacionadas - da falta de gasolina nos postos, com um desgaste político evidente para o Presidente⁹.

Em verdade, a administração Carter foi vítima de importantes choques de oferta que explicam, em grande medida, a escalada da inflação em seu período: alimentos e habitação em 1978, e energia, alimentos e habitação em 1979¹⁰. Em setembro de 1979 a administração ainda conseguiu um acordo nacional, com a fixação de novos parâmetros para o reajuste de preços e salários. A política de rendas era, contudo, inócua, já que os itens de preço com variação mais pronunciada não eram cobertos pelos parâmetros de preços e salários (*wage-price guidelines*). A conclusão é que “*mesmo se a política de rendas tivesse sido 100% efetiva em restringir os salários, os preços teriam crescido em uma trajetória preocupante. (...) [A] tentativa de manter uma política de rendas crível era um exercício fútil*”.¹¹

A desvalorização do dólar vinha de mãos dadas com a aceleração inflacionária. Para alguns membros da administração democrata a depreciação da moeda norte-americana não seria necessariamente um mal: em derradeira análise ela forçaria os países superavitários (Alemanha e Japão) a empreender políticas expansionistas. O suposto era que a valorização das respectivas moedas (marco e ien) terminaria prejudicando as exportações alemãs e japonesas, com consequências danosas sobre a produção e o emprego. A alternativa seria, assim, o recurso ao estímulo da demanda doméstica. Desta forma, caso a “estratégia da locomotiva” (ação expansionista conjunta

⁹ Biven (2002: 177).

¹⁰ Blinder (1981: 215-6); Biven (2002: 191-3).

¹¹ Biven (2002: 193-4).

entre os EUA, a Alemanha e o Japão) não fosse levada a efeito de maneira consensual, ela - ao fim e ao cabo - seria implantada por vias indiretas. Independentemente da veracidade de tais suposições ou do prazo de sua efetivação, o fato é que o desconforto em relação ao *status* internacional do dólar se avolumou ao longo de 1978, o que forçou o governo norte-americano a lançar um pacote de sustentação do dólar no início de novembro. As taxas de juros foram elevadas e o governo passou a promover intervenções mais agressivas no mercado de câmbio. Em 1979 o ien interrompeu sua trajetória de valorização, mas o dólar ainda se desvalorizou frente ao marco. Somente a partir de 1980, com a continuidade da política de juros altíssimos de Volcker (iniciada em outubro de 1979) é que a tendência de desvalorização do dólar seria interrompida¹².

O governo Carter se iniciou com uma proposta de *tax cut* destinada a estimular a atividade econômica. Já no final de 1978 - em meio à aceleração inflacionária, à desvalorização do dólar, às críticas dos europeus e japoneses e às resistências dos sindicatos à política de rendas - a administração enveredou, a contragosto, por um caminho ortodoxo. É certo que a taxa de desemprego ainda declinou entre 1977 e 1979, caindo de 7,1% para 5,8%. Em 1979, contudo - em meio ao segundo choque do petróleo -, o combate à inflação e a reafirmação da hegemonia da moeda norte-americana induziram Volcker (*Chairman* do Fed desde julho) a promover uma elevação sem precedentes da taxa de juros. Não só produto recuou e o desemprego aumentou, como o mundo iria mergulhar em uma nova recessão, à maneira de 1974-75. Espremido entre a pressão dos liberais - comandados pelo senador Edward Kennedy - e as acusações de incompetência da *far right* liderada por Reagan, o sonho de Carter e de sua equipe de promover uma expansão sustentada se esfacelou. Entre 1976 e 1979, os países capitalistas empreenderam uma breve recuperação. Entre 1980 e 1982 estavam todos na lona (**Tabela 2**).

Atribuições políticas

Desde o ponto de vista político, as tendências eram complexas. Destaque-se, de antemão, que - entre 1974 e 1979 - a taxa de inflação sempre permaneceu próxima ou superior aos dois dígitos tanto na França, como na Itália ou na Inglaterra. A persistência da inflação em elevados patamares colocou o conflito distributivo no centro das

¹² Economic Report of the President (1990: 418).

disputas políticas: os trabalhadores, no afã de preservar seus rendimentos reais, multiplicavam suas demandas. Os patrões, em face do declínio da produtividade, acusavam os sindicatos de exigir reajustes inviáveis. Em confronto permanente, ambos os lados responsabilizavam seus oponentes pela escalada dos preços e pelo aumento do desemprego.

Na Inglaterra, os trabalhistas voltaram ao poder com Harold Wilson (1974) e, na sequência, com James Callaghan (1976-79). Os constrangimentos econômicos, entretanto, limitaram severamente os raios de manobra do *Labour*. Com a oposição dos sindicatos, e as condicionalidades impostas pelo FMI em 1976, os trabalhistas se viram compelidos a praticar políticas ortodoxas, com o que a marcha da economia se tornou recorrentemente letárgica. O Pacto *Lib-Lab* (Liberals & Labour) de 1977-78 - que, em tese, poderia assegurar condições mais favoráveis de governabilidade - foi incapaz de conter a insatisfação dos trabalhadores: as ondas de greves se multiplicaram por todo o país, culminando no *Winter of Discontent* de 1978-79. Na Itália, paralelamente à aprovação do divórcio e à escalada da violência terrorista, a esquerda obteve avanços sucessivos. Em 1975, além da vitória nas principais eleições municipais, foi introduzido o mecanismo de indexação salarial nos contratos de trabalho, garantindo a preservação do poder de compra dos trabalhadores. Em 1976 o PCI registrou uma votação histórica, alcançando 34,4% das preferências eleitorais. O avanço da esquerda italiana, em meio à proposta do compromisso histórico anunciada por Berlinger em 1973, suscitou, de outra parte, a pronta reação de Kissinger, que se opôs explicitamente (abril de 1976) ao aumento da influência dos comunistas no governo. A demência terrorista, por seu turno, culminou com o assassinato de Aldo Moro, líder da democracia-cristã, em maio de 1978. Na Alemanha, a ascensão de Helmut Schmidt em maio de 1974 manteve os socialdemocratas no poder, dando continuidade à *Ostpolitik* (abertura ao leste) inaugurada por Willy Brandt. Se as condições econômicas - sobretudo em relação ao emprego e a inflação - aí eram mais favoráveis em comparação aos principais parceiros europeus, as circunstâncias políticas, assim como na Itália, foram marcadas pela escalada do terrorismo. Os atentados e sequestros se multiplicaram ao longo dos anos 1970, prosseguindo ainda após as mortes (certamente assassinatos) na prisão dos principais líderes do Grupo Baader-Meinhof em 1976 e 1977. Na França, a eleição de Giscard d'Estaing, em 1974, garantiu uma orientação conservadora no enfrentamento das atribulações econômicas. Assim como nos demais países europeus, passada a

recessão de 1975, o crescimento do PIB foi apenas modesto, com a inflação permanecendo ainda em patamares elevados (próximos aos dois dígitos) e o desemprego oscilando entre 4,0% e 6,0%. Ao contrário do ocorrido na Alemanha e na Itália, a França - ao longo dos anos 1970 - não foi palco da ação de grupos terroristas: a oposição de esquerda permaneceu circunscrita ao âmbito parlamentar, e em 1981 daria o primeiro mandato ao socialista François Mitterand. Em Portugal, na Grécia e na Espanha, os regimes ditatoriais de décadas ruíram entre 1974 e 1975, o que, de início, suscitou preocupações em relação ao futuro político dos respectivos países. A transição democrática foi, contudo, ordenada e pacífica: não houve qualquer ruptura radical, e os três países, sem maiores percalços, se ajustaram à condição de sócios menores no espaço capitalista europeu. Fortemente dependentes do turismo, a soma do PIB dos três países representava, em 1975 - a título de exemplo-, apenas dois terços do PIB da França¹³.

Havia, sem dúvida, uma clara interpretação entre as dificuldades econômicas e as atribulações políticas no interior dos países capitalistas centrais. O crescimento exuberante dos Anos Dourados se esvaíra, o que redundou no enfraquecimento das normas de colaboração e coesão social que haviam caracterizado a expansão capitalista no pós-guerra. Este foi o pano de fundo das convulsões sociais e políticas dos anos 1970. A queda da produtividade, a desaceleração do crescimento e a escalada da inflação tornaram mais difícil a acomodação das tensões de classe que inevitavelmente ocorrem nas sociedades capitalistas. Paralelamente à crise econômica se sobrepunha uma crise de sociabilidade, fermentada desde as manifestações de finais dos anos 1960. Sobretudo em âmbito das classes médias, a contestação da família tradicional, a busca da liberdade sexual e sensorial, a condenação da ética capitalista, a luta pelo avanço dos direitos civis, a crítica aos canais formais de condução da luta política (repúdio ao reformismo), a condenação da violência imperialista - processos gestados ao longo dos anos 1960 - se prolongaram na década de 1970, em meio a um ambiente econômico agora hostil, onde as oportunidades de emprego e a possibilidade de preservação dos rendimentos reais se viam seriamente ameaçadas. As sociedades se encontravam fragmentadas e divididas, sem que fosse possível, ainda, divisar uma alternativa: nem as forças conservadoras dispunham do apoio político necessário a promover uma guinada ortodoxa radical, e nem as forças progressistas conseguiam reunir condições para

¹³ Maddison (2000: 181; 185).

continuar a luta em defesa do pleno emprego e do aprimoramento do *Welfare State*. O impasse era claro: o consenso keynesiano se encontrava fragilizado, as divisões sociais se aprofundavam, mas a correlação política existente impedia a definição clara dos rumos a serem perseguidos. O capitalismo triunfante do pós-guerra transformara-se, nos anos 1970, em uma roda que girava em falso.

Relações internacionais

Se havia um impasse no interior das nações, havia igualmente um impasse na relação entre as nações. Desde o governo Nixon as relações entre os EUA e os demais países capitalistas tornaram-se mais problemáticas. O anúncio unilateral da ruptura da conversibilidade do dólar no ouro (agosto de 1971), acompanhado da imposição de uma sobretaxa às importações, chocou os japoneses e tornou os europeus mais céticos quanto às possibilidades de uma colaboração econômica mais estreita com os norte-americanos¹⁴. Os países haviam se beneficiado do recorrente déficit do balanço de pagamentos dos EUA nos anos 1950 e 1960, haviam modernizado os respectivos parques industriais, haviam ocupado o mercado nacional norte-americano, haviam adotado estratégias de proteção à indústria local, haviam se lançado à competição mundial com o apoio dos respectivos Estados - e se viam agora diante de um gigante que buscava defender a sua indústria e reafirmar a supremacia de sua moeda. Todos tinham plena consciência que a conversibilidade do dólar no ouro era uma contradição em termos com os sistemáticos déficits externos norte-americanos; o que nem todos tinham consciência era de como se daria o desfecho.

O tiro de grosso calibre das *Guns of August* mostrou ao mundo que os EUA não estavam mais dispostos a pagar qualquer preço para a expansão do capitalismo europeu e japonês. O sentido das medidas de Nixon e Connally (Secretário do Tesouro) foi o de promover a desvalorização cambial sem detrimento da hegemonia do dólar, remover os obstáculos às exportações norte-americanas e forçar os europeus a assumir maiores compromissos na manutenção da defesa comum¹⁵. A declaração da inconvertibilidade do dólar e a imposição do sistema de taxas flexíveis de câmbio em 1973 decretaram o fim das regras de conduta e colaboração acordadas em Bretton Woods em 1944. Os tempos agora eram outros: a Europa e o Japão já exibiam capitalismo triunfantes e a

¹⁴ Mazzucchelli (2013: 195-201).

¹⁵ Matusow (1998:169).

missão dos EUA de “salvá-los do comunismo” através de recorrentes concessões já estava cumprida. Na perspectiva norte-americana, era chegada a hora de os EUA defenderem seus próprios interesses: não se iria mais tolerar a discriminação contra suas exportações, a abertura generosa de seus mercados, a perda de empregos para europeus e japoneses e as contestações à soberania internacional do dólar.

Isto não significou a reafirmação automática da hegemonia da moeda norte-americana. Em fins dos anos 1970 - particularmente entre 1977 e 1979 – observou-se uma discrepância entre o comportamento da inflação nos EUA e na Alemanha e Japão. Neste triênio a inflação nos EUA não só foi sensivelmente superior à dos referidos países como, ademais, apresentou uma tendência nitidamente crescente, em oposição ao que se observou nos dois casos (**Tabela 2**). O resultado foi a contínua desvalorização do dólar frente ao marco e ao ien, o que não impediu a sucessão de déficits nas transações correntes nos EUA e a acumulação de superávits na Alemanha e no Japão¹⁶. Os EUA – como já se observou - pressionaram os dois países a estimular as respectivas economias, o que, em tese, permitiria suavizar o déficit das contas externas norte-americanas: se as economias alemã e japonesa acelerassem seu ritmo de crescimento - acompanhando a marcha da “locomotiva” norte-americana - suas importações deveriam se elevar, o que beneficiaria as exportações dos EUA. A Alemanha, particularmente, se opunha a essa estratégia, com receio da ameaça inflacionária supostamente implícita. Mais ainda, as sucessivas intervenções nos mercados de câmbio destinadas a evitar a apreciação exagerada do marco (compra de dólares) suscitavam o ressentimento do *Bundesbank* por redundarem na expansão da oferta monetária local. Os EUA eram vistos como negligentes e irresponsáveis no tratamento da inflação, o que se traduzia na sistemática desvalorização do dólar. O *status* internacional da moeda norte-americana passou a ser mais uma vez contestado, começando a circular, inclusive, propostas destinadas a substituir o dólar por outros instrumentos monetários na denominação dos contratos mundiais. Os impasses dos anos 1970, como se observa, abrangiam as próprias relações no interior do núcleo capitalista avançado.

Em âmbito das relações políticas internacionais, dois fatos merecem referência especial: a derrota norte-americana no Vietnã e a mudança de curso na guerra fria. A queda de Saigon, em abril de 1975, marcou o fim definitivo da guerra. As cenas

¹⁶ Ver Macarini (2007:45).

dramáticas dos norte-americanos sendo retirados às pressas de helicópteros do teto da embaixada representaram um duro golpe no prestígio internacional dos EUA. Os norte-americanos fracassaram militarmente em uma guerra que - além de sangüinária - se demonstrou totalmente inútil, e fracassaram estrategicamente, já que a fantasiosa “teoria do dominó” (base do intervencionismo no Sudeste Asiático, segundo a qual a queda de uma peça acarretaria a queda em cadeia de todas as demais) revelou-se totalmente falsa. Com a derrota norte-americana, apenas o Camboja e o Laos caíram em mãos dos comunistas. No primeiro caso, as atrocidades cometidas pelo Khmer Vermelho cedo propiciaram a reação dos vietnamitas, que invadiram o país em dezembro de 1978. Em retaliação, a China (contrária ao alinhamento dos vietnamitas à URSS) promoveu uma breve incursão militar ao norte do Vietnã no início de 1979. Tais fatos ilustram o simplismo da percepção que, até então, havia norteado as ações militares dos norte-americanos na Ásia. A complexidade e as contradições do tabuleiro político local simplesmente não cabiam na oposição tosca comunismo vs. “mundo livre”. A derrota no Vietnã abalou seriamente a credibilidade internacional dos EUA, lançando fundadas dúvidas sobre sua capacidade de conduzir com descortino e liderar com responsabilidade os rumos da aliança ocidental.

Três meses após a queda de Saigon, a assinatura do Acordo de Helsinki (em julho-agosto de 1975) marcou o apogeu e, ao mesmo tempo, o início do fim da *détente*. Fragilizados pela derrota no Vietnã, os EUA assistiram à ampliação da influência da URSS sobre a África (Angola, Moçambique, Etiópia) e até mesmo sobre o Oriente Médio (Iémen do Sul)¹⁷. Na verdade, partir de meados dos anos 1970, o clima de crescente cordialidade forjado entre as duas superpotências desde o final da década anterior transfigurou-se em um progressivo estranhamento. O arranjo de distensão, cuidadosamente cultivado por Nixon, Kissinger e Brejnev, começou a desfazer-se em meados nos anos 1970. Os soviéticos, ao se voltarem para a África, minaram a *détente*; a invasão do Afeganistão, em dezembro de 1979, decretou o seu fim. Ali os soviéticos viriam conhecer o seu Vietnã...

A China, de sua parte, no afã de reafirmar sua independência no interior do bloco socialista, procurando limitar a influência soviética no Sudeste Asiático e na África, não hesitou em condenar a invasão do Afeganistão. Após as mortes de Chu-en-Lai e Mao-Tsé-Tung (janeiro e setembro de 1976) – e passado o torvelinho sucessório

¹⁷ “Entre 1975 e 1979, o balanço de poder na Guerra Fria se moveu firmemente em favor da União Soviética.” Bell (2001: 327). Ver, também, Philips (2001:185).

com a condenação da Camarilha dos Quatro - as preocupações dos chineses se concentraram na busca da modernização econômica, o que supunha a normalização das relações diplomáticas com os EUA, finalmente alcançada em 1979. Em janeiro os EUA receberam a visita oficial de Deng Xiaoping, o novo líder chinês. O estreitamento das relações políticas era, desde logo, vantajoso para ambas as nações: na perspectiva norte-americana, a aproximação com a China representava um importante contrapeso às ações e pretensões dos soviéticos, e a abertura de um gigantesco mercado potencial. Na perspectiva chinesa, as preocupações com o avanço econômico supunham a aproximação com os EUA, o acesso a recursos e tecnologia em larga escala, e um relativo distanciamento em relação à URSS.

Ainda no início de 1979, um fato crucial se somou aos demais condicionantes da política externa norte-americana: a Revolução Islâmica no Irã. A ascensão do aiatolá Khomeini trouxe em seu âmago um fortíssimo componente anti-ocidental e, sobretudo, anti-norte-americano. As consequências, como se sabe, foram dramáticas: em meados do ano teve início uma nova alta internacional dos preços do petróleo e em novembro deu-se a ocupação da embaixada dos EUA em Teerã, em um calvário que se prolongou por catorze infundáveis meses.

Instabilidade e anomia

Como se percebe, a instabilidade pontilhou os anos 1970. O esgotamento do padrão virtuoso de crescimento do pós-guerra foi o pano de fundo das tensões que afloraram nos países capitalistas avançados ao longo da década. O fim das normas monetárias acordadas em Bretton Woods (fim da conversibilidade do dólar e taxas flexíveis de câmbio), a quadruplicação dos preços do petróleo iniciada em 1973, a expansão do espaço supranacional de circulação dos capitais isentos de regulação prudencial (euromercado), o forte impacto da recessão de 1974-75, a queda generalizada da taxa de investimento na indústria entre 1975-80 (com a consequente redução dos ganhos de produtividade), a mudança do patamar inflacionário e o questionamento à centralidade da moeda norte-americana - indicavam um ambiente econômico radicalmente distinto daquele prevalecente nos anos 1950 e 1960.

É importante assinalar que a onda de prosperidade das duas décadas anteriores engendrou regras de atuação, acordos políticos e consensos estratégicos que não

poderiam se alterar automaticamente em face da reversão das condições econômicas. As referências do pleno emprego, dos ganhos reais de salários e da proteção aos cidadãos permaneceram vivas ao longo dos anos 1970, condicionando a ação e as propostas dos partidos políticos e dos sindicatos. A restauração conservadora de Nixon, por exemplo, não teve como fundamento a busca consciente da deflação, a desmontagem do aparato sindical ou o ataque frontal ao *Welfare State*. O resgate e a reentronização dos caquéticos valores morais da chamada América Profunda é que orientaram suas ações. Da mesma forma, as promessas eleitorais de Jimmy Carter, bem como as medidas iniciais de sua administração, foram explicitamente direcionadas para a reconquista do pleno emprego. A atuação dos sindicatos na Inglaterra, na Itália ou na França, na mesma linha, não foi fruto - nos anos 1970 - de uma súbita ou inesperada radicalização, com o consequente abandono dos protocolos de reivindicação do passado recente. Ao contrário, os protocolos permaneceram os mesmos; o cenário econômico é que era agora distinto. A piora das condições da economia tornou mais difícil a composição de interesses entre o capital e o trabalho. O clima de colaboração entre empresários e trabalhadores, que caracterizou os anos 1950 e 1960, não poderia mais ser reeditado em face da queda da taxa de investimento, do declínio da produtividade e da escalada da inflação. As estratégias, que antes eram em grande medida solidárias e prospectivas, tornaram-se defensivas: os trabalhadores passaram a defender seus empregos e rendimentos, e os empresários passaram a defender suas margens de lucro. O que apareceu como a radicalização de um conflito de classes foi, na verdade, a manifestação exterior do declínio endógeno da taxa de acumulação - que, através da redução da produtividade, limitava as possibilidades de ganhos reais de salários e lucros - em meio à disparada da inflação, em uma proporção até então não vista no pós-guerra.

O estreitamento das oportunidades de emprego e as dificuldades de preservação dos rendimentos reais certamente contribuíram para uma sensação de desalento, insegurança e pessimismo. É claro que se trata de fenômenos mais complexos, mas não há dúvida que um contexto dessa natureza favoreceu a proliferação - sobretudo em parcelas da classe média - de experimentos individualistas (salvação pelo isolamento, pelas drogas, pela vida em comunidade) e de ações voluntaristas em âmbito da luta política. Se “o sistema” não oferecia oportunidades, e se revelava opressivo, duas alternativas se apresentavam a um contingente não desprezível de jovens nos anos 1970: a “recusa ao sistema” através do recolhimento, ou então a luta heroica pela sua “derrubada” através das armas. O fato é que, a contragosto, as sociedades passaram a

conviver com taxas mais elevadas de desemprego (ainda inferiores às que se observariam nos anos 1980) e com uma maior incerteza em relação ao futuro. A persistência da inflação contribuía para o aumento da insatisfação, sem que as forças políticas à esquerda ou à direita apresentassem alternativas factíveis.

Como já se observou, a instabilidade no interior das sociedades fez-se acompanhar de tensões no plano das relações internacionais: a desmoralização dos EUA diante da derrota no Vietnã, o avanço soviético sobre a África, a invasão do Afeganistão, as incertezas em relação aos rumos da aliança ocidental em meio ao colapso da *détente*, as críticas à negligência dos EUA no combate à inflação, as suspeitas em relação ao dólar, a eclosão da revolução iraniana, o segundo choque do petróleo em 1979 e as dificuldades em alcançar soluções cooperadas entre os países capitalistas avançados - indicavam uma mudança no quadro internacional cuja característica mais marcante era o questionamento da liderança norte-americana. Os EUA eram, sem dúvida, os líderes da aliança ocidental, mas sua legitimidade era cada vez mais contestada.

Vistas em retrospecto, as atribuições dos anos 1970 devem ser entendidas como a expressão de um processo mais amplo: *a dissolução da ordem do pós-guerra*. Ao invés da estabilidade das taxas de câmbio e do controle sobre o fluxo de capitais (consagrados em Bretton Woods), prevaleciam agora a dança das moedas e a expansão do euromercado, livre das regulamentações dos Bancos Centrais. Ao invés da inquestionável supremacia econômica dos EUA, existia agora a disputa renhida entre as corporações norte-americanas e os oligopólios japoneses e europeus. Ao invés da soberania do dólar - outrora *as good as gold* - assistia-se agora a questionamentos ao *status* internacional da moeda norte-americana, em processo de franca desvalorização. Ao invés do petróleo barato, comandando a matriz energética dos países capitalistas, surgia agora a ação concertada da OPEP destinada a preservar e ampliar o ganho real de suas exportações. Ao invés da expansão dos investimentos e da elevação continuada da produtividade, observava-se agora o declínio endógeno da taxa de acumulação com a consequente queda do valor agregado pelos trabalhadores. Ao invés do crescimento continuado e da inflação em patamares irrisórios, irrompiam agora as recessões e as variações abruptas do nível de preços. Ao invés da elevação dos lucros e dos salários reais, aparecia agora luta distributiva, com empresários e trabalhadores em permanente conflito. Ao invés do compromisso com o pleno emprego e o aprimoramento do *Welfare State*, proliferavam agora as críticas às políticas de administração da demanda

(*fine tuning*) e ao peso excessivo do Estado. Ao invés do temor consensual ao comunismo - que unia a aliança ocidental -, entravam agora em cena a *détente*, a *Ostpolitik*, a aproximação com a China e as estratégias nacionais de condução da política externa. Ao invés dos nexos de solidariedade que uniam os cidadãos, ressurgia agora a celebração do individualismo competitivo ou do isolamento comunitário. Ao invés da legitimação da disputa política através dos canais formais de representação (partidos e parlamento), eclodia agora em alguns países a contestação violenta do capitalismo por meio da luta armada. Ao invés da harmonia real ou imposta, se aprofundava agora a contestação aos padrões pretéritos da vida social (família, sexo, aborto) e se ampliava a luta das mulheres e das minorias. A percepção era de anomia, de uma instabilidade que não poderia mais perdurar.

A solução conservadora

A solução dos impasses, como se sabe, deu-se pela via conservadora. Na Inglaterra, a persistência da crise econômica (baixo crescimento, inflação em dois dígitos, níveis desconfortáveis de desemprego), as pressões do FMI pelo corte dos gastos públicos, a onda de greves, e a estreita e instável base parlamentar de apoio dos trabalhistas criaram um ambiente de inoperância e insatisfação, astutamente explorado pelos conservadores: *Labour Isn't Working* anunciava um gigantesco pôster do Partido Conservador exibindo uma fila interminável de desempregados¹⁸. Nas eleições de maio de 1979, enquanto os trabalhistas praticamente mantiveram a votação obtida em 1974 (11,5 milhões), os votos consagrados aos conservadores saltaram de 10,5 milhões para 13,7 milhões. A ascensão de Thatcher (que permaneceria até novembro de 1990 no poder) representou um golpe mortal nas tradições de solidariedade forjadas na Inglaterra do pós-guerra. Os anseios reformistas de Lord Beveridge e Lord Keynes e a política de defesa do emprego dos anos 1950 e 1960 foram sumariamente abandonados¹⁹. *There Is No Alternative* foi o enganoso pretexto esgrimido por Thatcher para dar início a um processo radical de liberalização econômica, de corte dos benefícios sociais e de perseguição implacável aos sindicatos. As consequências sociais foram dramáticas: a taxa média de desemprego, de 5,45% entre 1975-78, saltou para 10,57% entre 1980-86. A emergência de Thatcher no cenário político mundial representou uma vitória das

¹⁸ Lynch (2008: 108).

¹⁹ Ver, a propósito, *The Spirit of '45*, instigante documentário dirigido por Ken Loach, 2013.

forças que há algum tempo lutavam contra a presença ordenadora e reguladora do Estado nas relações econômicas. Representou, também, a vitória dos estrategistas ocidentais que clamavam por um endurecimento nas relações com a URSS. Representou, não menos, uma tentativa desarrazoada de ressuscitar o antigo espírito imperial britânico através da insensata invasão das Malvinas Argentinas em abril de 1982.

A posição da Inglaterra no contexto internacional era, contudo, subalterna. A maré conservadora de Thatcher pouca importância teria no contexto global se dissociada dos eventos que ocorriam nos EUA. Quer no plano da orientação econômica ou da estratégia geopolítica, os arroubos liberais e belicistas de Thatcher seriam, a rigor, irrelevantes em um plano mais amplo, caso desconectados das transformações existentes nos Estados Unidos. Dois fatos cruciais foram, aí, decisivos. O primeiro foi a dramática elevação das taxas de juros em outubro de 1979. Quando Paul Volcker foi indicado por Carter para o comando do Fed, em julho de 1979, tornou-se claro que o combate à inflação tornara-se primordial. A aceleração inflacionária do início do ano - fortemente condicionada pela nova elevação internacional dos preços do petróleo - forçou a administração democrata a abandonar, a contragosto, a meta do pleno emprego. A taxa de desemprego havia se reduzido sistematicamente ao longo dos anos Carter: em 1976 (último ano da na gestão Ford) a taxa alcançou o nível de 7,7%, caindo sucessivamente para 7,1%, 6,1% e 5,8% entre 1977-79. Após o choque de outubro, a *Federal Funds Rate* (e, com ela, as demais taxas) sofreu uma elevação abrupta, saltando de 7,94% em 1978 para 11,20% em 1979, e 13,35% em 1980. O sinal foi claro: os EUA não seriam mais “negligentes” (acusação de Helmut Schmidt) no combate à inflação e a supremacia da moeda norte-americana não seria mais contestada. Já em 1979 o dólar interrompeu sua trajetória de desvalorização frente ao ien, e no ano seguinte seria a vez do marco estancar seu processo de valorização (a partir de 1981, com a continuidade da política de Volcker, a tendência de valorização do dólar seria generalizada, se estendendo até o Acordo do Plaza de 1985)²⁰. O forte aperto monetário produziu consequências previsíveis: o desemprego voltou a subir para 7,1% em 1980 e o crescimento do PIB tornou-se negativo (com destaque para a forte queda do segundo trimestre). Entretanto, a inflação - o mal maior a ser combatido - ainda permaneceu em níveis alarmantes ao longo do ano, situando-se na casa de dois dígitos (12,5%). Não

²⁰ Ver Economic Report of the President, 1990, p.418.

poderia haver um cenário econômico mais desfavorável para Carter nas eleições de novembro de 1980.

A vitória de Reagan foi arrasadora. Com 50,75% dos votos populares e 90,9% dos votos no Colégio Eleitoral, a *far right* de Reagan abandonou definitivamente as propostas reformadoras presentes na política norte-americana desde o *New Deal* de Roosevelt. Com inegável competência, Reagan soube explorar as alegadas “fraquezas” de Carter. Fraqueza na condução da política externa, consubstanciada na invasão da Embaixada dos EUA em Teerã, na desastrosa operação de resgate de abril de 1980 e na impotência frente à angústia dos reféns (somente libertados pelo Irã no último dia do mandato de Carter em janeiro de 1981). Fraqueza na relação com a URSS, expressa na invasão do Afeganistão pelos soviéticos em dezembro de 1979. Fraqueza na devolução do Canal do Panamá aos panamenhos. Fraqueza na condução da economia internacional, ao permitir por anos consecutivos o questionamento à hegemonia do dólar. Fraqueza na gestão da política econômica, evidenciada na queda no PIB, no aumento do desemprego e na persistência da inflação em níveis elevados em 1980. A pergunta certa de Reagan - “*Are you better than you were four years before?*” – calou fundo nos eleitores da “maioria silenciosa”, enquanto contingentes que tradicionalmente acompanhavam os democratas (negros, latinos, pobres), desiludidos com a política e resignados com sua condição inferior na sociedade, sequer compareceram às urnas.

Reagan foi um homem com uma oratória de impacto e poucas (e toscas) ideias. Suas crenças sempre foram simples e rasteiras: *cortar os impostos pagos pelos ricos*, de modo a estimular o espírito de iniciativa e, assim, reerguer a atividade econômica; *reduzir o peso do governo*, de modo a atenuar a carga tributária, livrar a sociedade do peso da proteção aos “vagabundos” e libertar as empresas do arsenal de regulamentações governamentais; *aumentar os gastos com a defesa*, de modo a assegurar a supremacia militar norte-americana; estabelecer, a partir da superioridade militar, uma *guerra sem tréguas ao comunismo*. Suas propostas eram notoriamente contraditórias, já que o Presidente - em seu simplismo - também era adepto do equilíbrio orçamentário. O expressivo aumento dos gastos militares - cerca de oito pontos percentuais do PIB ao longo de seu mandato, em comparação com a média dos anos Carter²¹ - em meio aos anos de recessão e à renúncia tributária, resultou em déficits recorrentes das contas federais e na brutal elevação da dívida pública, que saltou de

²¹ Ver Economic Report of the President, 2010, p.424.

33,4% do PIB em 1980 para 51,9% em 1988. O déficit nas contas públicas fez-se acompanhar do déficit nas contas externas, com a acumulação sequencial de resultados negativos em transações correntes. Nos anos Reagan os EUA converteram-se em uma nação devedora, importadora de capitais. Os títulos do Tesouro norte-americano reafirmaram seu *status* de *safe haven*, absorvendo os saldos líquidos dos investidores locais e internacionais, ao mesmo tempo em que se transformaram na base de um amplo processo de inovação e multiplicação de ativos que excitou e revolucionou as praças financeiras mundiais a partir dos anos 1980.

O início do mandato de Reagan foi marcado por uma severa recessão: ao longo de sete trimestres consecutivos - entre 1981 II e 1982 IV - em nada menos de cinco deles o produto se contraiu. O desemprego saltou para a casa de 10% em 1982-83. A inflação, contudo, foi finalmente debelada: de 8,9% em 1981, a variação de preços situou-se ao redor de 3,8% entre 1982 e 1985. Além de deflagrar a crise da dívida externa dos países da periferia capitalista (com destaque para a moratória mexicana de 1982), os juros de Volcker derrubaram economia mundial (**Tabelas 2 e 3**).

A contração da produção e a elevação do desemprego atingiram em cheio o núcleo avançado do capitalismo. Na Inglaterra de Thatcher, a taxa de desemprego praticamente dobrou entre 1980 e 1983. Na França do socialista Mitterand (eleito em maio de 1981), o produto despencou em 1983. Na Alemanha, a variação acumulada do PIB foi negativa em 1981-82. Na Itália, o crescimento no triênio 1981-83 foi insignificante. No Japão - que teve um desempenho mais favorável em relação aos EUA e a Europa - o ritmo de crescimento do PIB declinou entre 1980 e 1982. Nos países europeus, foi perfeitamente nítida a associação entre a queda da taxa de inflação e o aumento do desemprego: a curva de Philips (que estabelece uma relação inversa entre a variação dos preços e o nível de desocupação) - tida como obsoleta ou sepultada na estagflação dos anos 1970 - ressuscitou a partir do arrocho monetário liderado pelo Fed desde o final de 1979. Através da contração do crédito, da quebra da resistência dos sindicatos e da elevação do desemprego, a inflação foi, por fim, debelada. Ao mesmo tempo em que - na Europa Oriental e na URSS - os alicerces do socialismo real começavam a dar sinais de fadiga, o ajuste ortodoxo no Ocidente infligiu um duro golpe aos assalariados e despossuídos.

A partir de 1984 os países capitalistas ocidentais retomariam uma trajetória de crescimento com estabilidade de preços. Tratou-se, contudo, de um crescimento mais

modesto quando comparado ao desempenho das décadas de 1950 e 1960. Não apenas mais modesto, como também mais injusto: o desemprego tornou-se “estruturalmente” maior, com uma visível piora na distribuição da renda. Em âmbito social, o pacto de solidariedade do pós-guerra cedeu lugar à exaltação desabrida do individualismo e à reimposição das normas darwinistas da concorrência. Mas o crescimento não se tornou apenas mais modesto e mais injusto: ele se tornou, também, mais instável. As transformações dos anos 1980 trouxeram em seu âmago a crescente predominância das finanças na orientação das políticas macroeconômicas e um irreversível processo de migração das grandes empresas industriais para a Ásia. O predomínio das finanças - além da tutela sobre os Bancos Centrais e da supressão das normas prudenciais de regulação - resultou na multiplicação das inovações financeiras e na ampliação das modalidades de valorização meramente especulativa dos capitais. A escala de suas operações tornou-se gigantesca encurralando o exercício das políticas monetária, fiscal e cambial, e engendrando variações abruptas entre os ciclos de inflação e desvalorização de ativos, com efeitos determinantes sobre a produção, a renda e o emprego. A migração manufatureira, de sua parte, determinou o enfraquecimento dos sindicatos e a virtual exclusão dos trabalhadores das alianças de poder que comandam as decisões cruciais nos países capitalistas centrais.

O desfecho conservador rompeu os impasses que tumultuavam a vida econômica, política e social ao longo da década de 1970. A ordem que emergiu a partir das “revoluções” de Thatcher e Reagan não guardou mais nenhuma semelhança com os compromissos firmados no pós-guerra. Os acordos políticos que deram sustentação a mais de duas décadas de crescimento virtuoso foram sumariamente rompidos. A desorganização dos anos 1970 colocou em xeque os princípios de colaboração e solidariedade forjados a partir das memórias da Grande Depressão e dos horrores da guerra. Os desarranjos econômicos e as atribulações políticas deram munição aos grupos de interesse que reivindicavam a restauração da lógica nua e crua dos mercados. A ação ordenadora e reguladora do Estado, os sindicatos e o próprio *Welfare State* passaram a ser vistos como excrescências e anomalias, responsáveis pelas turbulências que afetavam as sociedades. Segundo o mantra conservador, havia Estado demais, intervenção demais, sindicatos demais, proteção demais, política demais - o que só atrapalhava o funcionamento dos mercados. Era necessário libertar as energias da livre iniciativa do peso de tais constrangimentos.

A vitória conservadora relançou os homens às engrenagens impessoais da concorrência. A fantasia dos mercados autorregulados despejou milhões de trabalhadores nos desvãos da desocupação e do subemprego. A guinada liberal da década de 1980 representou um inegável retrocesso histórico em relação às conquistas e realizações do pós-guerra. Neste sentido, em seus desencontros, *os anos 1970 foram a antessala de uma derrota*, o momento de transição de uma estrutura pactuada e disciplinada da vida econômica rumo a uma ordenação desigual e sem rosto, que reinstaurou a insegurança no seio das sociedades.

Tabela 1**EUA: Variações Trimestrais do PNB e dos Preços ao Consumidor (1973-1975) (%)**

	73 I	73 II	73 III	73 IV	74 I	74 II	74 III	74 IV	75 I	75 II	75 III	75 IV
PNB	2,28	0,55	0,41	0,58	-1,80	-0,40	-0,50	-2,40	-2,40	0,82	2,86	1,32
Preços	1,96	2,00	2,34	2,21	3,32	2,66	3,27	2,44	1,54	1,77	1,87	1,65

Fontes: Economic Report of the President (1973: 244; 1975: 250, 300; 1976: 172, 220). In Mazzucchelli (2013: 216).

Tabela 2**Variação (%) do PIB e dos Preços ao Consumidor (1970–1979) (Países Selecionados)**

	EUA		Alemanha		França		Inglaterra		Itália			
	PIB	Preços	PIB	Preços	PIB	Preços	PIB	Preços	PIB	Preços		
1970	0,2	5,6	5,2	3,4	5,7	5,3	2,2	6,4	2,3	5,0	10,7	7,6
1971	3,4	3,3	2,9	5,3	4,8	5,5	2,0	9,4	1,6	4,8	4,3	6,1
1972	5,3	3,4	4,2	5,5	4,4	5,9	3,5	7,1	2,7	5,7	8,4	4,5
1973	5,8	8,7	4,7	6,9	5,4	7,4	7,2	9,2	7,1	10,8	7,9	11,7
1974	-0,6	12,3	0,3	7,0	3,1	13,7	-1,7	15,9	5,4	19,2	-1,2	24,5
1975	-0,2	6,9	-1,6	6,0	-0,3	11,6	-0,8	24,2	-2,6	16,9	2,6	11,8
1976	5,4	4,9	5,4	4,5	4,2	9,6	2,8	16,6	6,6	16,8	4,8	9,4
1977	4,6	6,7	2,9	3,9	3,2	9,4	2,3	15,8	3,4	18,4	5,3	8,1
1978	5,6	9,0	2,9	2,6	3,4	9,1	3,6	8,3	3,7	12,2	5,1	4,2
1979	3,1	13,3	4,2	4,5	3,2	10,8	2,8	12,2	6,0	14,8	5,2	3,3
1980	-0,3	12,5	1,4	5,5	1,6	13,6	-2,2	18,0	4,3	21,2	4,4	8,0
1981	2,5	8,9	0,2	6,3	1,2	13,4	-1,3	11,9	1,0	17,8	3,9	4,9
1982	-1,9	3,8	-0,7	5,3	2,5	11,8	1,7	8,6	0,3	16,5	2,8	2,7
1983	4,5	3,8	1,5	3,3	0,7	9,6	3,6	4,6	1,1	14,6	3,2	1,9

Fontes: Economic Report of the President (2010: 333; 404); Maddison (1991: 217-9; 305-7).

Tabela 3**Taxa de Desemprego (1980-1983)- Países selecionados**

	EUA	Alemanha	França	Inglaterra	Itália	Japão
1980	7,1	3,0	6,3	6,4	7,5	2,0
1981	7,6	4,4	7,4	9,8	7,8	2,2
1982	9,7	6,1	8,1	11,3	8,4	2,4
1983	9,6	8,0	8,3	12,4	8,8	2,6

Fontes: Economic Report of the President (2010: 372); Maddison (1991: 263-5)

BIBLIOGRAFIA CITADA

BELL, P. M. H., *The World Since 1945 – An International History*. London: Arnold Publishers, 2001.

BIVEN, W. C., *Jimmy Carter's Economy – Policy in an Age of Limits*. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 2002

BLINDER, A. S., *Economic Policy and the Great Stagflation*. New York & London: Academic Press Inc., 1981.

ECONOMIC REPORT OF THE PRESIDENT. Washington: United States Government Printing Office, 1973; 1975; 1976; 1990; 2010.

FONTANA, J., *Por el Bien del Imperio – Una Historia del Mundo Desde 1945*. Barcelona: Pasado y Presente, 2011.

LYNCH M., *Britain 1945-2007*. London: Hodder Education, 2008.

MACARINI. J. P., *Crise e Política Econômica nos Estados Unidos: 1977-1984*. Campinas: Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MADDISON, A., *Dynamic Forces in Capitalist Development – A Long-Run Comparative View*. New York: Oxford University Press, 1991.

_____. *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris: OECD, 2000.

MATUSOW, A. J., *Nixon's Economy – Booms, Bursts, Dollars, and Votes*. Lawrence: University Press of Kansas, 1998.

MAZZUCHELLI, F., *Os Dias de Sol – A Trajetória do Capitalismo no Pós-Guerra*. Campinas: Editora FACAMP, 2013.

MAZZUCHELLI, F., *Nem Sempre Foi Assim*. São Paulo: mimeo. 2014.

MINSKY, H. P., *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven and London: Yale University Press, 1986.

PHILIPS, S., *The Cold War*. Essex: Heinemann [Pearson Education Limited], 2001.

